

# PEC alternativa a pacote fiscal do governo é melhor, mas não tem chance de passar, dizem economistas

Proposta prevê economizar R\$ 1,1 trilhão até 2031, mas tem baixa viabilidade política para aprovação, reconhecem os especialistas

Por [Anaís Fernandes](#), [Marcelo Osakabe](#), [Marsílea Gombata](#), [Marta Watanabe](#) e [Alex Jorge Braga](#), Valor — São Paulo

01/12/2024 08h40 · Atualizado há 3 dias

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que os deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Júlio Lopes (PP-RJ) e Kim Kataguirí (União-SP) tentam emplacar em meio à apresentação do pacote do governo é considerada melhor por analistas em termos de economia, já que prevê economizar R\$ 1,1 trilhão até 2031, mas tem baixa viabilidade política para aprovação, reconhecem.

“A ideia de desindexar, desvincular, mexer nos pisos [constitucionais de saúde e educação], parece tudo dentro do ideal, do que o país precisaria caminhar”, afirma Rai Chicoli, economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos. “Mas eu tenho muita dificuldade de ver isso sendo aprovado no Congresso. Não acho que o Congresso queira endereçar algo mais duro do que o governo enviou. Seria uma surpresa muito positiva, mas não me parece factível”, acrescenta.

Arnaldo Lima, economista da Polo Capital, que já atuou nos Ministérios da Fazenda e Planejamento, como secretário-adjunto de política econômica e diretor de assuntos fiscais e sociais, alerta que a interpretação majoritária na parte jurídica do Executivo, refletindo o próprio Judiciário, é que a vinculação do salário mínimo a benefício previdenciário programado é cláusula pétrea da Constituição, ou seja, não pode haver desvinculação.

“Esse, de fato, seria o maior impacto fiscal de qualquer medida, só que, primeiro, a chance de aprovar no Congresso não é trivial, e, mesmo que aprovasse no Congresso, poderia ser derrubado no Judiciário”, afirma.

O vínculo ao mínimo não é considerado cláusula pétrea para benefícios não programados, como pensão por morte, aposentadoria por invalidez, seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo Lima. “Isso poderia ser desvinculado, não tem grande chance de judicialização. Mas o importante de uma medida não é apenas a proposta em si, mas a chance de aprovação.”

Para o economista de uma gestora que pediu para não ser identificado, “não tem a menor chance de vingar uma coisa paralela à do governo”.

João Leme, economista da Tendências Consultoria, diz que a PEC “é bem intencionada, mas um pouco ingênua”.

Renan Martins, economista da MCM Consultores, pondera que a economia de R\$ 1,1 trilhão até 2031, anunciada pelos congressistas, é um número ambicioso, que parece carecer de detalhes. “Do que vi das propostas, várias afetam estruturalmente a trajetória dos gastos, então, seria um pacote mais significativo. Mas, olhando superficialmente, me parece [um número] superestimado. E acho bastante irrealista imaginar que o Congresso avance sobre propostas que tornariam o ajuste fiscal mais rápido e verdadeiro”, afirma.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren, diz concordar com a avaliação da ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), de que o corte de gastos apresentado foi o melhor porque é o possível. “É preciso considerar as limitações de um governo que caminha para o segundo tempo do jogo. Ajuste mais duro se faz ao início do mandato”, afirma.